

190 Colonos decidem hoje se aceitam a desapropriação

CHAPECÓ (Do Enviado Especial Edénir Silva) — Somente hoje, em assembléia que deverá iniciar às 9 horas, os colonos de Sede Trentin resolvem se aceitam pacificamente ou não a decisão do governo federal de desapropriar 912 hectares de terra e doá-los aos Índios Caingangues. A decisão não foi tomada ontem porque os agricultores aguardavam a chegada na madrugada de hoje do prefeito de Chapecó, Ledônio Migliorini procedente de Brasília, mas já havia indícios de que a desapropriação poderá não ser acatada. Os Índios já tinham uma posição definida: aceitam a decisão do governo, desde que o seu critério seja incluído na área a eles destinada.

Nenhuma comunicação oficial sobre a decisão de Brasília chegou à região e isso gerou um clima de tensão. Chegou a se registrar um incidente, quando agricultores tentaram impedir a passagem do representante da Funai que levava mantimentos para os Índios. O efetivo da Polícia Militar foi dobrado, especialmente para evitar a entrada no Toldo Chimbanguê (Sede Trentin), de Índios procedentes de Non Oai, distante 440 quilômetros. A greve de fome de 12 colonos, inclusive um jovem de 15 anos, continua e só deverá acabar com a assembléia de hoje.

Entre colonos, durante todo o dia, parecia que se desenrolava um velório. Todas as pessoas falavam baixo, algumas choravam nos cantos e outras tiveram crises de nervos. Alberto Sieve, o agricultor, pai de sete filhos, que ameaçava cortar um dedo por dia das mãos para obrigar o governo a tomar decisão favorável aos "agricultores brancos", tentou cumprir sua promessa tão logo soube da decisão de Brasília (o prefeito Ledônio Migliorini telefonou no início da manhã para o

posto telefônico de Sede Trentin fazendo a comunicação), mas foi impedido por companheiros. A líder dos agricultores, Ivani Trombetta, chorou ao ler os detalhes da desapropriação no Jornal de Santa Catarina. Segundo ela, que juntamente com o pai, Fidelix Trombetta, é atingida pela desapropriação, será extremamente difícil acatar à decisão governamental. Das 12 pessoas que mantêm greve de fome desde sábado, duas também terão suas terras desapropriadas. Elas admitem deixar Sede Trentin, desde que sejam devidamente indenizadas e recebam noutra lugar "mesma quantidade e qualidade de terra", que hoje possuem. "Caso contrário, não", afirmam.

POSIÇÃO DOS ÍNDIOS

"Na verdade, tudo isso aqui é nosso, mas para acabar de vez com essas brigaçeira, nós aceitamos os 912 hectares, desde que o cemitério de nosso povo fique em nossa terra". Assim o cacique Antônio resumiu a posição dos Índios Caingangues. Ele fez questão de destacar que sem o cemitério (a decisão do go-

verno determinou que o cemitério ficará nas terras dos brancos) não há acordo. "Ali estão enterrados nossos antepassados, inclusive, o "grande-chefe Caingangue", embaixo de um robusto pé de cedro".

VIGILÂNCIA DOBRADA

Já no início da manhã, o efetivo da Polícia Militar, composto até então por 50 homens, foi dobrado, guarnecendo principalmente os acessos a Chapecó, para evitar a entrada de Índios procedentes de outras reservas. Na Sede Trentin também aumentou o número de policiais, depois da constatação de que os colonos estavam tentando impedir a passagem do representante da Funai em Chapecó, que levava mantimentos aos Caingangues. O capitão Jairo Amaral, do Segundo Batalhão de Polícia de Chapecó, informou que chegou a ocorrer um princípio de agressão, quando um colono partiu armado de facão para cima do representante, que afugentou o agressor atirando duas vezes para o chão.



O clima é de tensão e os agricultores pouco comentam sobre o caso

Indigenistas querem maiores esclarecimentos

FLORIANÓPOLIS (Sucursal) — A decisão a que finalmente chegou ante-ontem o governo federal sobre a questão das terras de Toldo Chimbanguê não agradou aos indigenistas, pastores, padres e Índios em greve de fome oito dias, ontem. Mas conforme informou a comissão de imprensa, não significa que a decisão não seja aceita. Para decidir se encerravam ou não a greve de fo-

me, os 16 grevistas aguardavam ainda o resultado da discussão de minuta do decreto de desapropriação dos 912 hectares em Sede Trentin, porque haviam muitas lacunas.

Os grevistas manifestaram que "a área destinada aos Índios ficou muito aquém do mínimo possível, contrariando a decisão do próprio governo, tomada em

30 de maio deste ano. As próprias leis do País e a convenção 107 da Organização Internacional do Trabalho". Acrescentam que "a decisão desconsiderou ainda os apelos de todo o País e das entidades indigenistas no Brasil e exterior". Considerando ainda que a questão foi determinada "com observação de critérios políticos e ética duvidosa, não eliminando o germe de conflito".

Estado tentou solução para terras de Papanduva

FLORIANÓPOLIS (Sucursal) — O governo do Estado já tentou, sem resultados, uma solução para o atual conflito entre agricultores desapropriados e o Exército, quanto ao campo de instrução Marechal Hermes, do Exército, localizado em Papanduva e onde atualmente estão acampadas nas proximidades, dezenas de famílias, a maioria herdeiros dos primeiros proprietários. O governador Esperidião Amin disse ontem que ainda em 1983, quando o ministro do Exército era Walter Pires, levou a Brasília uma proposta de permuta da área do campo de instrução por outras áreas pertencentes ao patrimônio do Estado. Segundo Amin, os 13 mil hectares do campo de instrução e adjacências serão assumidos pelo governo do Estado e incluídos no fundo de terras, o que beneficiaria mais de mil famílias de agricultores, já que pelo

fundo cada colono recebe o máximo de 12 hectares.

A proposta, segundo Amin, foi encaminhada pelo então ministro para apreciação da Quinta Região Militar, com sede em Curitiba, que desde então não se manifestou sobre o assunto.

VISITA

Uma comissão de sete colonos representando aqueles que estão acampados em Papanduva, exigindo suas terras tomadas pelo Exército, está desde ontem em Florianópolis, tentando uma audiência com o governador Esperidião Amin, que se nega a recebê-la. Mas estes agricultores manifestaram que não sairão da Capital enquanto não forem recebidos e estão dispostos, se necessário, a trazer as 150 famílias acampadas em Papanduva, para sensibilizar o governo. Eles vieram cobrar a promes-

sa feita por um assessor do governador, quando na semana passada também tentaram, inutilmente, uma audiência, de que Amin se pronunciaria a respeito do pedido para que sirva de intermediário para uma abertura de negociação com a União.

Os colonos chegaram a Florianópolis no início da tarde de ontem, acompanhados pelo advogado Francisco Vital Pereira. Um deles, Ebraim Gonçalves de Oliveira, da família descendente de José Silva Lima, que possui na área ocupada pelo Exército 230 alqueires, informou que anteontem o clima no acampamento era calmo, porque estava em visita o bispo de Caçador, dom Luiz Kolussi; o frei Bernardo, de Canoinhas (ameaçado pelo coronel José Nilton Romeiro, comandante da guarnição de Papanduva); o padre de Mafra e as irmãs do colégio de Papanduva.

Sarney: "Estamos próximos da exaustão"

NOVA IORQUE (ENB-JSC) — O tratamento dado à dívida externa, na América Latina, "está próximo da exaustão", reafirmou, mais uma vez, o presidente José Sarney, durante encontro com o secretário de Estado norte-americano, George Shultz, segundo relato do embaixador Rubens Recupero, que presenciou a reunião, realizada na tarde de ontem, no Hotel Intercontinental.

O governo norte-americano, segundo Shultz, reconhece as dificuldades enfrentadas pelos países da América Latina, com relação à dívida externa. Na sua opinião, a solução para essa questão passa obrigatoriamente pelo crescimento, que tem o processo inflacionário e o déficit público como principais obstáculos.

"Um exemplo da compreensão do governo norte-americano diante da gravidade da questão da dívida externa foi a decisão do presidente Ronald Reagan de

não impor restrições às importações de calçados brasileiros. De acordo com relato de Recupero, George Shultz observou que o crescimento econômico brasileiro poderia ser viabilizado com a aplicação de capital de risco, não sendo fundamental a injeção de novos investimentos.

O presidente José Sarney destacou que os mecanismos ortodoxos de tratamento da dívida externa pelos organismos internacionais não têm dado resultados positivos, lembrando que essas fórmulas provocaram vários anos de recessão no País. Além disso, manifestou o desejo de que novas formas de tratamento sejam aceitas na negociação da dívida externa.

Num encontro de quarenta minutos, o presidente Sarney disse que "a aplicação de programas de corte nos investimentos públicos e gastos do governo não

pode ser concebida indefinidamente, através de mecanismos ortodoxos de ajuste na economia brasileira".

Shultz concorda com a proposta do presidente Sarney, segundo a qual os problemas que afetam a América Latina devem ser discutidos conjuntamente em todo o continente, especialmente com relação à negociação da dívida externa.

Retomando alguns pontos do seu discurso na assembléia geral da Organização das Nações Unidas, na segunda-feira, o presidente José Sarney lembrou que, devido à necessidade de pagamento do serviço da dívida externa, os países da América Latina se transformaram de tomadores em potencial de recursos externos, a transferidores, numa luta constante para conseguir saldos positivos na balança comercial.